



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N° 01/2017**

MANHÃ

**Consultor Legislativo
(Área de Administração Pública,
Orçamento e Finanças)**

TIPO 03

AMARELA

Organizadora:



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 05.

O menino de 13 anos que criou o Braille

Sistema permaneceu insuperável por 200 anos.

Aos 3 anos, *Louis* foi explorar a oficina de seu pai e, por acidente, machucou um dos olhos com uma navalha. A infecção atingiu ambos os olhos e, em poucos meses, o garoto estava completamente cego.

O drama era pior do que parece hoje. Na época, início do século 19, ser cego significava incapacidade para aprender, estudar e ganhar a vida. Ou seja: ele estava condenado a depender da família ou da caridade dos outros.

Porém, aos 7 anos, *Louis* já estava completamente familiarizado com a nova vida. Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local que, contrariando o pensamento dominante (de que não valia a pena ensinar cegos), admitiu-o em uma das classes.

Em pouco tempo, *Louis* se transformou em um dos melhores alunos da escola. Surpresos com o potencial, pai e professor tiveram a ideia de enviá-lo para uma escola destinada a crianças cegas em Paris – a primeira no mundo especializada na deficiência.

Assim, aos 10 anos, o garoto estava matriculado no *L'Institut Royal des Enfants Aveugles*. Foi ali que *Louis* aperfeiçoou o sistema vigente de leitura para cegos e, aos 13 anos, apresentou sua própria criação: o Método *Braille*. Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.

Apenas recentemente, com o surgimento de aplicativos como *Be My Eyes*, *smart glasses* e assistentes digitais como Siri e Alexa, os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.

(Carlos Domingos, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/oportunidades-disfarçadas/o-menino-de-13-anos-que-criou-o-braille/>.)

01

O último parágrafo do texto é introduzido por expressão que demonstra

- A) a preocupação da sociedade atual em eliminar lacunas antigas na assistência aos deficientes visuais.
- B) o processo de ampliação de suportes específicos para atender com eficiência pessoas portadoras de necessidades especiais.
- C) o descaso com os deficientes visuais, visto que as tecnologias implementadas na atualidade passaram por um longo processo até serem disponibilizadas para o público a que se destina.
- D) que o enunciador, de forma implícita, considera que há um longo período entre a criação de novas tecnologias e o método citado durante todo o texto para a leitura dos deficientes visuais.

02

Leia: “*Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.*” (5º§) A frase destacada ilustra uma formação típica de voz verbal cuja construção permite a omissão do agente podendo ser expressa por meio da formulação:

- A) Em algumas décadas, o mundo adotou oficialmente o sistema.
- B) Em algumas décadas, adotou-se o sistema oficialmente em todo o mundo.
- C) Em todo o mundo, adotaram-se em algumas décadas o sistema oficialmente.
- D) O sistema que se adotou oficialmente em todo o mundo, em algumas décadas.

03

De acordo com o emprego das palavras/expressões destacadas, assinale a opção em que a substituição sugerida provocaria INCORREÇÃO gramatical ou alteração do sentido expresso originalmente no texto.

- A) “*Louis se transformou em um dos melhores alunos da escola.*” (4º§) / tornou um
- B) “[...] os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura [...]” (6º§) / passaram a ter
- C) “*Porém, aos 7 anos, Louis já estava completamente familiarizado com a nova vida.*” (3º§) / Todavia
- D) “*Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local [...]*” (3º§) / Fosse

04

Tendo em vista aspectos sintáticos da língua, pode-se afirmar que em “[...] os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.” (6ºS) é possível observar

- A) o predicado nominal, já que existe verbo de ligação seguido de predicativo do sujeito.
- B) ocorrência de oração sem sujeito trazendo verbo impessoal que se apresenta na terceira pessoa do singular.
- C) a ocorrência de um sujeito hipotético em “há quase 2 séculos” que retoma informações do período anterior.
- D) que em “estão tendo”, o verbo impessoal acompanhado de auxiliar transmite a este sua impessoalidade, motivo de haver oração sem sujeito.

05

Depreende-se do texto que

- A) a situação vivida pelo menino *Louis*, aos 3 anos, não pode ser observada em proporções reais em relação à sua gravidade devido à ausência de recursos tecnológicos.
- B) a intervenção externa e uma reação pessoal atuaram como facilitadores no processo de reconstrução da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do menino que havia se tornado cego.
- C) pode-se reconhecer que a exclusão em virtude de determinada deficiência mantém-se, na atualidade, assim como nos séculos passados apesar do desenvolvimento científico e tecnológico.
- D) as dificuldades advindas da deficiência adquirida por meio de um acidente não puderam ser concretizadas de fato na vida do menino citado no texto devido a determinadas características que o diferenciavam, confirmando as expectativas.

06

Leia o texto a seguir.

Senhor Feudal

(*Oswald de Andrade*.)

Se Pedro Segundo
Vier aqui
Com história
Eu boto ele na cadeia.

(*Poemas de Colonização. In Oswald de Andrade. Literatura comentada. São Paulo. Nova Cultural, s.d. p. 28.*)

Considerando-se o texto de Oswald de Andrade e os conhecimentos acerca da variação linguística, assinale a afirmativa verdadeira.

- A) O autor condena, de forma crítica, o uso de variedade linguística de menor prestígio.
- B) O uso que o autor faz da norma-padrão, no texto, busca efeitos que expressam ironia e crítica.
- C) A linguagem empregada pelo autor, literária, não pode ser considerada sinônimo de norma-padrão.
- D) A partir do emprego da variedade linguística utilizada no texto, é possível observar domínio precário da língua.

07

“Português é fácil de aprender porque é uma língua que se escreve exatamente como se fala.”

Pois é. U portuguêis é muinto fáciu di aprender, purqui é uma língua qui a genti iscrevi ixatamenti cumu si fala. Num é cumu inglês qui dá até vontadi di ri quandu a genti discobri cumu é qui si iscrevi algumas palavras. Im portuguêis não. É só prestátenção. U alemão pur exemplu. Qué coisa mais doida? Num bate nada cum nada. Até nu espanhol qui é parecidu, si iscrevi muinto differenti. Qui bom qui a minha língua é u portuguêis. Quem soubé falá sabi iscrevê.

(*Jô Soares*.)

Acerca do texto de Jô Soares, pode-se afirmar que

- A) a ideia expressa pelo autor denuncia o caráter de exclusão inherente da gramática normativa.
- B) há uma referência a duas modalidades diferentes da língua utilizando-se, para isso, humor ao registrar o código linguístico.
- C) a referência à variedade de menor prestígio da língua é identificada por meio do registro de construções e vocabulários específicos.
- D) o autor tem por objetivo demonstrar que a tradição trabalha com normas, diferentemente das gramáticas de funcionamento das línguas.

Texto para responder às questões de 08 a 20.

O despreparo da geração mais preparada

A crença de que a felicidade é um direito tem tornado despreparada a geração mais preparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada criar partir da dor.

Há uma geração de classe média que estudou em bons colégios, é fluente em outras línguas, viajou para o exterior e teve acesso à cultura e à tecnologia. Uma geração que teve muito mais do que seus pais. Ao mesmo tempo, cresceu com a ilusão de que a vida é fácil. Ou que já nascem prontos – bastaria apenas que o mundo reconhecesse a sua genialidade.

Tenho me deparado com jovens que esperam ter no mercado de trabalho uma continuação de suas casas – onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente, que tudo concede. Foram ensinados a pensar que merecem, seja lá o que for que queiram. E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se embrarra e desiste.

Como esses estreantes na vida adulta foram crianças e adolescentes que ganharam tudo, sem ter de lutar por quase nada de relevante, desconhecem que a vida é construção – e para conquistar um espaço no mundo é preciso ralar muito. Com ética e honestidade – e não a cotoveladas ou aos gritos. Como seus pais não conseguiram dizer, é o mundo que anuncia a eles que: viver é para os insistentes.

Por que boa parte dessa nova geração é assim? Penso que este é um questionamento importante para quem está educando uma criança ou um adolescente hoje. Nossa época tem sido marcada pela ilusão de que a felicidade é uma espécie de direito. E tenho testemunhado a angústia de muitos pais para garantir que os filhos sejam “felizes”. Pais que fazem malabarismos para dar tudo aos filhos e protegê-los de todos os perrengues – sem esperar nenhuma responsabilização nem reciprocidade.

Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade. O valor está no dom, naquilo que já nasce pronto. Dizer que “fulano é esforçado” é quase uma ofensa. Ter de dar duro para conquistar algo parece já vir assinalado com o carimbo de perdedor. Bacana é o cara que não estudou, passou a noite na balada e foi aprovado no vestibular de Medicina. Este atesta a excelência dos genes de seus pais. Esforçar-se é, no máximo, coisa para os filhos da classe C, que ainda precisam assegurar seu lugar no país.

Da mesma forma que supostamente seria possível construir um lugar sem esforço, existe a crença não menos fantasiosa de que é possível viver sem sofrer. De que as dores inerentes a toda vida são uma anomalia e, como percebo em muitos jovens, uma espécie de traição ao futuro que deveria estar garantido. Pais e filhos têm pagado caro pela crença de que a felicidade é um direito. E a frustração um fracasso. Talvez aí esteja uma pista para compreender a geração do “eu mereço”.

(Eliane Brum. Disponível em: <http://www.portalraizes.com/28-2/>. Fragmento.)

08

No sexto parágrafo do texto, a autora afirma que “Dizer que ‘fulano é esforçado’ é quase uma ofensa.”. O termo “fulano” é tratamento vago e indeterminado, mas que – no texto – pode ser retomado e identificado como

- A) o filho da classe C.
B) o jovem da classe média.
C) aquele que não tem privilégios.
D) sujeito qualquer, sem importância.

09

Assim como em “Por que boa parte dessa nova geração é assim?” (5º§) o uso do “por que” está de acordo com a norma padrão da língua em:

- A) A reunião foi suspensa por que?
 - B) Esse é o motivo por que me atrasei.
 - C) Ninguém conhece o por que de tal decisão.
 - D) Não estarei presente por que já tenho um compromisso.

10

No primeiro parágrafo do texto, a autora utiliza como recurso para fazer o texto progredir, mantendo-se o fio discursivo, determinada sequenciação textual. Acerca desta atividade específica, pode-se afirmar que

- A) há uma recorrência de estruturas sintáticas com função persuasiva no texto.
- B) o mesmo conteúdo semântico é apresentado sob formas estruturais diferentes.
- C) a expressão “*por tudo isso*” introduz uma paráfrase empregada como recurso da coesão textual.
- D) não há nenhum tipo de recorrência entre as orações do parágrafo, sendo de alta informatividade.

11

Assinale a opção que apresenta o grupo de palavras acentuadas de acordo com a mesma regra.

- A) é, colégios.
- C) média, fácil.
- B) há, línguas.
- D) matéria, patrimônio.

12

E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste. (3º§) No trecho destacado anteriormente, o uso de aspas tem por objetivo

- A) indicar a intercalação de uma indicação acessória no texto.
- B) fazer sobressair um termo não peculiar à linguagem do enunciador.
- C) realçar a ironia da autora em relação à desistência dos jovens diante dos obstáculos.
- D) acentuar o valor significativo de acordo com o contexto em que o termo foi empregado.

13

Em “*E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade.*” (1º§), acerca da repetição do termo “sofre” pode-se afirmar que

- A) por meio da recorrência do termo, é possível identificar a ironia com que a autora trata o assunto.
- B) há alteração tanto de sentido quanto de classe gramatical entre a primeira ocorrência e a segunda.
- C) a recorrência tem por objetivo persuadir o leitor a questionar sobre o sofrimento abordado no trecho em análise.
- D) não há efeito de sentido idêntico nesta recorrência, a reiteração deste termo traz consigo o acréscimo de novas instruções de sentido.

14

No título do texto, a autora utiliza palavras que são formadas a partir de um mesmo radical “despreparo” e “preparada”. O prefixo empregado em uma delas possui o mesmo sentido expresso pelo destacado em:

- A) ateu, inativo.
- C) aversão, amovível.
- B) decair, decrescer.
- D) adventício, contrasselar.

15

No terceiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego de alguns termos que fazem referência a um termo (expressão) já citado(a); estabelecendo uma relação entre orações diferentes e contribuindo, deste modo, para a coesão textual. Os termos destacados a seguir têm seu referente corretamente indicado em, EXCETO:

- A) “sentem-se traídos, revoltam-se.” / jovens
- B) “que tudo concede.” / um pai ou uma mãe complacente
- C) “onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente” / suas casas
- D) “E quando isso não acontece” / que merecem, seja lá o que for que queiram

16

O trecho “*Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.*” (6º§) permanece correto, alterando-se a pontuação empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- A) Nossa classe média parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
- B) Nossa classe média; parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
- C) Nossa classe média, parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.
- D) Nossa classe média – parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.

17

No primeiro parágrafo, há lacunas que devem ser preenchidas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, com, respectivamente:

- A) a / à. B) a / à. C) à / a. D) à / à.

18

É correto concluir, a partir da leitura do texto, que a autora faz uma crítica

- A) à busca da felicidade como forma de vida, em harmonia com o semelhante na busca de seus ideais.
 - B) a uma nova geração de jovens brilhantes intelectualmente e responsáveis, mas que negam suas origens.
 - C) ao comportamento de determinada classe social cujas ações excluem valores morais responsáveis pelo desenvolvimento saudável e equilibrado mesmo diante das dificuldades.
 - D) à geração atual que despreza conceitos e valores morais vividos e ensinados por seus pais e preferem, por outro lado, viver um modelo imposto pela sociedade do consumo.

19

Segundo a autora, a ideia de que a felicidade é um direito é

- A) acertada B) plausível C) equivocada D) impreterável

20

De acordo com a opinião da autora, expressa no texto, a classe média a que se refere?

- De acordo com a opinião da autora, expressa no texto, a classe média a que se refere**

 - A) tem uma postura que foge dos padrões necessários ao desenvolvimento do ser humano em uma sociedade competitiva.
 - B) é responsável por fatores de exclusão social que levam à grande diferença de ordem econômica que vive a sociedade atualmente.
 - C) possui grande genialidade intrínseca, bastando apenas que a sociedade reconheça tal fato para que os benefícios advindos de tal reconhecimento sejam efetivados.
 - D) vive um processo de decadência moral de modo que não consegue encontrar seu lugar no mercado de trabalho não tendo havido preparo para o exercício da carreira profissional escolhida.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Sobre a literatura balizada relativa às políticas públicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública).
 - B) Max Weber (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon.
 - C) Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema.
 - D) Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*).

22

A parceria público-privada, prevista na Lei nº 11.079/04, possui em comum com a concessão de serviços públicos ao particular a seguinte característica:

- A) Formaliza-se por contrato de gestão.
 - B) Permite o compartilhamento de riscos.
 - C) Prevê a hipótese de remuneração variável.
 - D) Depende de licitação na modalidade de concorrência.

23

Considerando as regras de segurança social do servidor, vigentes até a EC nº 88/2015, uma servidora pública efetiva da Câmara Municipal que conta dez anos de serviço público, que possui mais de 5 anos de exercício no cargo efetivo, conta em 2018 com 28 anos totais de tempo de contribuição e 54 anos de idade, poderá se aposentar voluntariamente a partir do ano de

- A) 2019. B) 2020. C) 2024. D) 2028.

24

Quanto ao tema consórcios públicos, o instrumento que estabelece as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos denomina-se contrato de:

- A) Rateio. B) Gestão. C) Parceria. D) Programa.

25

Sobre a desapropriação, analise as afirmativas a seguir.

- I. É forma originária de aquisição da propriedade.
 - II. Decorre do poder administrativo disciplinar.
 - III. Pode se dar por razões de interesse social.
 - IV. É espécie de requisição administrativa.
 - V. É direito real assim como as ocupações temporárias.

Assinale a alternativa que aponta a quantidade de afirmativas corretas.

- A) Um. B) Dois. C) Três. D) Quatro.

26

20 Considere um ato administrativo discricionário, cuja escolha de oportunidade e conveniência tenha exorbitado dos limites da razoabilidade. A anulação do referido ato pelo Poder Judiciário decorre da teoria do

- A) motivo inexistente.
 - B) desvio de finalidade.
 - C) vício de competência.
 - D) formalismo moderado.

27

Em relação às empresas estatais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os empregados das empresas públicas municipais independentes sujeitam-se a teto constitucional.
 - II. A sociedade de economia mista pode se estruturar como sociedade anônima ou por cotas.
 - III. A criação de subsidiárias das empresas públicas depende de autorização legislativa.
 - IV. Os Municípios podem participar de empresas privadas até o limite máximo de um terço do capital.

Assinale a alternativa que aponta a quantidade de afirmativas corretas.

- A) Um.
B) Dois.
C) Três.
D) Quatro.

28

Considerando o seguinte ato administrativo: Portaria conjunta da Câmara Municipal e da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Belo Horizonte tratando de regras sobre prestação de contas do Poder Legislativo. Quanto ao referido ato, é correto classificá-lo como

- A) normativo, composto e geral.
B) externo, simples e ordinatório.
C) imperativo, punitivo e de gestão.
D) interno, complexo e autoexecutável.

29

Considerando os poderes administrativos, no exercício das atividades da Câmara Municipal de Belo Horizonte, assinale a afirmativa correta.

- A) Verifica-se exemplo de poder hierárquico quando a Câmara Municipal suspende ato normativo exarado por autarquia ou fundação pública municipal.
 - B) O poder de polícia da Câmara Municipal pode ser exemplificado na situação em que um policial legislativo é demitido por descumprimento de suas atribuições funcionais.
 - C) O poder administrativo regulamentar da Câmara Municipal pode ser exemplificado quando os vereadores aprovam, por maioria dos votos, lei de criação e extinção de cargos do Poder Executivo.
 - D) Evidencia-se o poder disciplinar quando a Câmara Municipal, diante de empresa que descumpriu condições do contrato administrativo, declara-lhe a suspensão do direito de participar de novas licitações.

30

Considerando a aplicação da teoria da responsabilidade objetiva do estado, no contexto de atuação da Câmara Municipal, assinale a afirmativa que apresenta EXCEÇÃO ao dever de indenizar.

- A) Dano causado ao cidadão em razão de lei de efeito concreto.
- B) Dano decorrente de agressão sofrida por cidadão no recinto da Câmara.
- C) Dano causado por chuva de granizo a veículo estacionado no pátio da Câmara.
- D) Dano decorrente de colisão de veículo da Câmara na traseira de veículo particular.

31

“Considere que a Câmara Municipal de Belo Horizonte pretenda contratar serviços de publicidade e divulgação para uma campanha de incentivo à participação popular.” Nesse caso hipotético, a licitação:

- A) Deve ser feita por dispensa.
- B) Deve ser feita por inexigibilidade.
- C) Comporta dispensa e inexigibilidade.
- D) Não pode ser feita nem por dispensa, nem por inexigibilidade.

32

Considerando os conceitos de abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder, assinale a afirmativa em que a hipótese apresentada está corretamente identificada com a espécie de uso indevido do poder.

- A) Excesso de poder – “o servidor deixa, propositadamente, de praticar um ato de sua competência, estando presente o dever de agir”.
- B) Desvio de poder – “remoção de um servidor, para outro setor, como medida disciplinar pela prática de infração administrativa”.
- C) Desvio de poder – “a demissão de um servidor improbo, realizada por sua chefia imediata, sendo tal competência da autoridade máxima”.
- D) Excesso de poder – “qualquer forma de abuso de poder ou desvio de poder perpetrada por agente público no exercício de suas funções”.

33

Quanto aos fundamentos do direito administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) Dentre as prerrogativas advindas do regime jurídico-administrativo, destaca-se o dever de prestar contas ao cidadão.
- B) As prerrogativas públicas decorrem do princípio da indisponibilidade, enquanto as sujeições decorrem da supremacia do interesse público.
- C) Dentre as sujeições advindas do regime jurídico-administrativo, destacam-se o poder de polícia e a intervenção do estado na propriedade.
- D) O regime jurídico-administrativo sustenta-se nos pilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade dos interesses e bens públicos.

34

Nos termos do Código Penal Brasileiro, são crimes contra a Administração Pública, EXCETO:

- A) Prevaricação.
- B) Excesso de exação.
- C) Advocacia administrativa.
- D) Improbidade administrativa.

35

“No Brasil, a política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da sua própria gestão interna; na integração com parceiros e fornecedores.”

(Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/diretrizes.>)

Partindo desses objetivos fundamentais, pode-se deduzir que tais diretrizes abrangem, EXCETO:

- A) Priorização do uso de softwares livres.
- B) Prescindibilidade de políticas de inclusão digital.
- C) Integrabilidade de dados, programas e sistemas.
- D) Acessibilidade e usabilidade dos sítios eletrônicos.

36

Quanto ao tema iniciativas legislativas sobre a administração pública, considere que a Câmara Municipal tenha apresentado projeto de lei cuja iniciativa privativa é do prefeito. Nesse caso hipotético, a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo será suprida se

- A) a Mesa da Câmara sancionar a lei.
- B) a lei for submetida à sanção popular.
- C) o prefeito sancionar apenas expressamente a lei.
- D) o prefeito sancionar a lei expressa ou tacitamente.

37

Quanto ao tema relações do Poder Legislativo e da administração pública, no contexto da Câmara Municipal de Belo Horizonte, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete ao prefeito dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego ou função da Câmara Municipal.
- B) A representação judicial da Câmara Municipal é exercida pela procuradoria geral do Município, órgão integrante do Poder Executivo.
- C) O prefeito é processado e julgado pela Câmara Municipal no caso de cometimentos de crime de responsabilidade e de crimes comuns.
- D) Compete à Câmara Municipal julgar as contas prestadas pelo prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

38

As Emendas Constitucionais nº 19 (Reforma do Estado) e nº 20 (Reforma da Previdência) foram ambas editadas no ano de 1998, podendo se evidenciar uma interação entre elas. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- A) Ambas as emendas acrescentaram o dever de sigilo relativo ao gasto público pessoal e previdenciário.
- B) Tanto a EC nº 19/98 quanto a EC nº 20/98 extinguiram o regime jurídico único dos servidores públicos.
- C) Ambas as reformas pregam a substituição dos princípios burocráticos de CF/88 pelo princípio da eficiência.
- D) Tanto a Reforma do Estado quanto a Reforma da Previdência têm como escopo a redução dos gastos públicos.

39

Tomando por pressuposto que controle externo seja o dever de vigilância, orientação e correção que um Poder exerce sobre o outro e que controle interno seja o exercido no âmbito do mesmo Poder, assinale a afirmativa que apresenta correta associação da espécie de controle com o exemplo em seguida apresentado.

- A) Controle externo – Quando o Prefeito do Município de Belo Horizonte convalida ato administrativo praticado pelo Controlador Geral do Município.
- B) Controle interno – Quando a Câmara Municipal de Belo Horizonte autoriza o Prefeito Municipal a ausentar-se do País para comparecer a um evento internacional.
- C) Controle interno – Quando a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação corrige ato praticado pela, a ela subordinada, Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento.
- D) Controle externo – Quando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte anula um processo administrativo disciplinar relativo a um servidor do quadro funcional do Poder Legislativo.

40

A Emenda Constitucional nº 19/98 trouxe, ao ordenamento jurídico brasileiro, diversas alterações que objetivam uma atuação mais eficiente da Administração Pública. Quanto às inovações trazidas pela referida emenda, é correto afirmar que:

- A) Os contratos de gestão – previstos no texto primevo da Constituição de 1988 – cedem lugar ao surgimento da parceria público-privada, instrumento destinado a ampliar a autonomia gerencial dos órgãos públicos.
- B) A estabilidade do servidor público – antes vinculada meramente ao requisito temporal de exercício do cargo efetivo – passa a decorrer, então, de uma discricionariedade, conforme critérios definidos pelo gestor imediato.
- C) O concurso público – até então previsto apenas para o provimento de cargos efetivos na administração pública direta – passa a ser exigido, também, para o ingresso nos empregos públicos da administração pública indireta.
- D) A perda do cargo para servidor estável – antes condicionada à existência de decisão judicial ou processo administrativo disciplinar – passa a decorrer, também, do resultado de avaliações periódicas de desempenho.

41

Sobre o Balanço de Pagamentos do Brasil, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No Balanço de Pagamentos, a Conta de Capital representa o somatório dos valores líquidos dos investimentos diretos, investimentos em carteira, derivativos e outros investimentos.
- () No Balanço de Pagamentos, a Balança de Transações Correntes representa o somatório dos valores líquidos da balança comercial, serviços, rendas e transferências unilaterais correntes.
- () O Balanço de Pagamentos é o registro estatístico de todas as transações (fluxo de bens e direitos de valor econômico) entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo.
- () As transações entre os residentes no Brasil e os residentes no exterior, independentemente da moeda utilizada, de acordo com as normas em vigor no país, são realizadas por intermédio do sistema bancário ou de agentes credenciados pelo Banco Central do Brasil.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, V. B) V, V, F, F. C) V, F, V, F. D) F, F, V, F.

42

Com base nos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Lei de Responsabilidade Fiscal enfraquece a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em virtude da obrigatoriedade do Anexo de Riscos Fiscais, onde deve ser estabelecida meta anual em valores correntes e constantes para o período.
- B) A Lei de Responsabilidade Fiscal trata de equilíbrio nas contas públicas: o equilíbrio das chamadas Contas Primárias, traduzida no Resultado Primário equilibrado. O equilíbrio a ser buscado é o equilíbrio autossustentável, aquele que prescinde de operações de crédito e, portanto, sem aumento da dívida pública.
- C) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Receita Corrente Líquida deve ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades. Observa-se, então, que a verificação da Receita Corrente Líquida deve ser para o período de um ano, não necessariamente o ano civil, e a sua apuração começará no mesmo mês em que se estiver calculando a Receita Corrente Líquida.
- D) Considerando os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso dos Municípios, a Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente total, subtraídas as contribuições ao regime próprio de previdência e assistência social (quando houver) e as compensações legais (quando houver). Portanto, como os Municípios não realizam transferências constitucionais a outros entes, sua Receita Corrente Líquida poderá corresponder simplesmente à sua Receita Corrente total.

43

"A informalidade assume distintos significados nos diferentes debates em torno das suas manifestações cotidianas, uma vez que a sua compreensão na opinião pública, na academia e entre os formuladores de políticas públicas costuma variar de acordo com a visão de mundo, os compromissos e os interesses imediatos de cada segmento social. Mas, qualquer que seja o significado atribuído às suas manifestações, a questão não pode ser pensada de forma compartmentalizada, como se o problema estivesse restrito a um setor atrasado e estanque da economia."

*(Economia informal: aspectos conceituais e teóricos / José Dari Krein e Marcelo Weishaupt Proni; Escritório da OIT no Brasil. – Brasília: OIT, 2010
1 v. 1.)*

Em relação à economia informal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os trabalhadores da economia informal são reconhecidos pelas agências governamentais, são precisamente mensurados nas estatísticas oficiais, estão contemplados pela legislação trabalhista, mas se beneficiam de forma limitada da seguridade social.
- B) Os trabalhadores da economia informal estão impossibilitados de desfrutar plenamente dos direitos sociais que alicerçam a cidadania. E quando reivindicam outra forma de tratamento, raramente são ouvidos pelas autoridades públicas, por não estarem organizados e não terem representantes legítimos.
- C) Apesar de haver discrepância no uso dos conceitos e na mensuração da extensão da economia informal, existe uma compreensão amplamente difundida de que a economia informal se tornou um fenômeno expressivo nos países subdesenvolvidos ou em transição e que começa a aparecer nos países centrais.
- D) Há, no meio acadêmico, uma relativa concordância de que sob a noção da informalidade há uma grande diversidade de situações heterogêneas, que, em geral, correspondem a condições desfavoráveis aos trabalhadores: indefinição do local de trabalho, condições de trabalho prejudiciais à saúde e à segurança, baixos níveis de qualificação e de produtividade do trabalho, rendimentos baixos e irregulares, extensas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação e à tecnologia, além das dificuldades para a obtenção de financiamento e para uma inserção legal no mercado.

44

Sobre políticas e planos de Desenvolvimento Regional, em âmbito nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional.
 - II. A redução das desigualdades regionais se norteia pelas estratégias de estímulo e apoio a processos e a oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas e pela articulação de ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.
 - III. As estratégias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

45

Regular é disciplinar por meio de regra. Em sentido largo, é o conjunto de regras editadas com o propósito de disciplinar determinada matéria, o que permite o emprego do vocabulário para referir a disciplinas dos mais variados campos de incidência de normas legais. Sobre regulação e fiscalização da atividade econômica, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A regulação econômica é baseada em valores de eficiência e concorrência, e geralmente envolve a correção de falhas ou imperfeições de mercado.

B) A regulação econômica se justifica por inúmeros problemas de mercado, dentre os quais a existência de falhas de mercado na presença de bens públicos.

C) Regulação econômica é um conjunto de regras genéricas implementadas diretamente pela administração pública para evitar a interferência direta no mecanismo de alocação de mercado, ou indiretamente, para evitar alterações nas decisões de oferta e de demanda originárias de produtores e consumidores.

D) Os instrumentos de regulação econômica são genericamente classificados como Comando e Controle e Incentivos Financeiros. Os instrumentos de Incentivos Financeiros estão associados a transferências de recursos por meio de impostos e subsídios. Já os instrumentos de Comando e Controle são aqueles associados a regras particulares implementadas por agências governamentais especialmente concebidas para esses fins, fazendo o uso de regulamentos e sancões.

46

A Dívida Pública, em termos gerais, é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional, Estadual ou Municipal para financiar o déficit orçamentário, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, bem como para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei. A respeito de dívida pública e alternativas de financiamento do déficit público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Dívida Pública Federal pode ser classificada de distintas formas, sendo as principais: quanto à forma utilizada para o endividamento e quanto à moeda na qual ocorrem os fluxos de recebimento e pagamento da dívida.
 - II. Os títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Governo Federal via oferta pública (leilão) ou diretamente ao detentor.
 - III. Em relação à moeda na qual ocorrem seus fluxos de recebimento e pagamento, a Dívida Pública Federal pode ser classificada como interna ou externa. Quando os pagamentos e recebimentos são realizados na moeda corrente em circulação no país, no caso brasileiro o real, a dívida é chamada de interna. Por sua vez, quando tais fluxos financeiros ocorrem em moeda estrangeira, usualmente o dólar norte-americano, a dívida é classificada como externa.
 - IV. Atualmente, toda a Dívida Pública Federal em circulação no mercado nacional é paga em real e captada por meio da emissão de títulos públicos, sendo por essa razão definida como Dívida Pública Mobiliária Federal interna. Já a Dívida Pública Federal existente no mercado internacional é paga em outras moedas que não o real e tem sido captada tanto por meio da emissão de títulos quanto por contratos, sendo por isso definida como Dívida Pública Federal externa.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV. B) I e III, apenas. C) I e IV, apenas. D) III e IV, apenas.

47

A Política Fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções precípuas: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. Sobre a Política Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Política Fiscal busca a criação de empregos, o aumento dos investimentos públicos e a ampliação da rede de segurança social, com ênfase na redução da pobreza e da desigualdade.
- B) O uso equilibrado dos recursos públicos visa à eliminação da dívida líquida como percentual do PIB, de forma a contribuir com a instabilidade econômica, o crescimento e o desenvolvimento econômico do país.
- C) Os resultados da Política Fiscal podem ser avaliados sob diferentes ângulos, que podem focar na mensuração da qualidade do gasto público, bem como identificar os impactos da Política Fiscal no bem-estar dos cidadãos.
- D) O resultado fiscal primário é a diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias durante um determinado período. O resultado fiscal nominal, por sua vez, é o resultado primário acrescido do pagamento líquido de juros. Assim, fala-se que o Governo obtém superávit fiscal quando as receitas excedem as despesas em dado período; por outro lado, há *déficit* quando as receitas são menores do que as despesas.

48

Considerando os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Feitas as previsões das receitas públicas, o Poder Legislativo poderá fazer reestimativas, se assim achar conveniente e necessário, desde que o montante estimado para as receitas de operações de crédito não seja superior ao montante fixado para as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- B) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, sendo vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observar os requisitos essenciais no que se refere aos impostos.
- C) O Poder Executivo de cada ente da federação colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- D) As previsões de receita pública observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

49

Com base em conhecimentos a respeito do planejamento e orçamento governamental, sistemas e processos orçamentários, a prática brasileira do orçamento-programa e os métodos, as técnicas e os instrumentos do orçamento público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A compreensão do orçamento exige o conhecimento de sua estrutura e sua organização, implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado. Esse sistema tem o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.
- () Na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias não precisam estar organizadas em programas (planos) de trabalho. Por isso são facultativas as informações qualitativas e quantitativas.
- () O programa de trabalho, que define quantitativamente a programação orçamentária, pode, se necessário, responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar, sendo, do ponto de vista operacional, composto de blocos de informação, quais sejam: classificação por esfera, classificação institucional e classificação funcional.
- () A programação orçamentária qualitativa tem duas dimensões: a física e a financeira. A dimensão física estima o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária. A dimensão financeira define a quantidade de bens e serviços a serem entregues.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, F, V, F.

50

Com base em conhecimentos sobre economia, mais especificamente sobre a Teoria da Produção e estruturas de mercado, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entende-se por Rendimentos de Escala o resultado relativo a produtos finais obtidos por meio da variação da utilização dos fatores de produção.
- B) Entende-se por Função de Produção a relação que mostra qual a quantidade obtida do produto, com base na quantidade utilizada dos fatores de produção.
- C) A Lei dos Rendimentos Decrescentes descreve o comportamento da taxa de variação da produção quando é possível variar apenas um dos fatores de produção, permanecendo constantes os demais.
- D) Curva de Possibilidade de Produção é a linha na qual todos os pontos revelam as diferentes possibilidades de inúmeros produtos serem fabricados em determinado período, sem levar em consideração a quantidade de fatores de produção disponíveis.

51

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público compreende diferentes aspectos, os quais são importantes para a correta interpretação das informações contábeis.

- Aspecto _____ – Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais.
- Aspecto _____ – Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução.
- Aspecto _____ – Compreende a apuração e a evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela LRF, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas.

Considerando os referidos aspectos, assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

- | | |
|--|--|
| A) Orçamentário / Patrimonial / Fiscal | C) Fiscal / Orçamentário / Patrimonial |
| B) Patrimonial / Orçamentário / Fiscal | D) Patrimonial / Fiscal / Orçamentário |

52

“O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário.”

(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/)

São características qualitativas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, EXCETO:

- | | |
|---------------------------------------|---|
| A) Materialidade; custo-benefício. | C) Relevância; representação fidedigna. |
| B) Comparabilidade; verificabilidade. | D) Compreensibilidade; tempestividade. |

53

Considerando aspectos conceituais básicos de economia monetária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São mecanismos de transmissão de política monetária: reservas obrigatórias, operações de mercado aberto, políticas de redesconto.
- B) Moeda, em conceito genérico, é algo aceito pela coletividade para desempenhar funções de meio ou instrumento de troca, unidade de conta e reserva de valor.
- C) Intermediação financeira refere-se à tarefa de deslocar recursos de unidades superavitárias para unidades deficitárias, ou seja, de fazer a ponte entre poupadore e tomadores de recursos.
- D) Transmutação de Ativos diz respeito à função de transformar ativos com determinadas características de vencimento, volume, risco de crédito, risco de preço e liquidez, em outros tipos de ativos com características diferentes.

54

No que se refere à classificação da despesa orçamentária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A classificação da despesa por identificador de resultado primário, de caráter obrigatório, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado nominal previsto na Lei Orçamentária – LOA, não sendo obrigatório constar no PLOA.
- B) O Identificador de Doação e de Operação de Crédito – IDOC identifica as doações de entidades internacionais ou operações de crédito contratuais alocadas nas ações orçamentárias, com ou sem contrapartida de recursos do ente governamental brasileiro.
- C) O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a Administração Pública utiliza para a consecução de seus fins.
- D) A Modalidade de Aplicação da despesa indica se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outros níveis de Governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

55

A respeito do planejamento e orçamento governamental, especificamente quanto às classificações orçamentárias da receita e da despesa pública, utilização, origens, fundamentação econômica e métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Devem ser classificadas no grupo de despesas Amortização da Dívida, as despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.
- B) Devem ser classificadas no grupo de despesas Investimentos, a despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- C) A despesa pública deve ser classificada por Grupo de Natureza da Despesa. O Grupo de Natureza da Despesa é um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Essa agregação objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.
- D) Devem ser classificadas no grupo de despesas Inversões Financeiras, as despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; dentre outras.

56

Considerando os aspectos conceituais das origens da receita pública e os aspectos práticos da elaboração do orçamento-programa, é importante atentar para os atributos das ações orçamentárias. Em relação aos conceitos dos atributos das ações orçamentárias, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Produto é o bem ou serviço, resultado da ação orçamentária, destinado ao público-alvo ou o insumo estratégico que será utilizado para a produção futura de bem ou serviço. Cada ação deve ter um único produto.
- B) O Título de uma Ação Orçamentária é a forma de identificação de referida ação pela sociedade. O Título expressa, em linguagem clara, o objeto da ação. O Título poderá conter sentença genérica. Também poderá ser apenas “nome-fantasia”.
- C) Na implementação de uma ação orçamentária pode estar especificado que os recursos são oriundos de transferências orçamentárias e financeiras oriundas de outros entes federativos. Entende-se por transferência obrigatória a operação especial que transfere recursos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) Algumas ações orçamentárias podem estar atreladas a recursos oriundos de Linhas de Créditos. Entende-se por Linha de Crédito a ação realizada mediante empréstimo de recursos aos beneficiários da operação. Enquadram-se também nessa classificação os casos de empréstimos concedidos por estabelecimento oficial de crédito a Estados e Distrito Federal, Municípios e ao Setor Privado.

57

No que se refere, em termos gerais, à prática brasileira do orçamento-programa aplicável a todos os entes federativos, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é amplo e complexo. Conforme determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO, dentre os muitos aspectos a serem abordados, deve conter: o estabelecimento de metas fiscais, a fixação de critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, a margem de expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada e a avaliação dos riscos fiscais.
 - () Muitas são as etapas de elaboração de um orçamento-programa, dentre as quais podem ser citadas: Planejamento do Processo de Elaboração; Definição de Macrodiretrizes; Revisão da Estrutura Programática, Estudo, Definição e Divulgação de Limites para a Proposta Setorial, Análise e Ajuste da Proposta Setorial; Fechamento, Compatibilização e Consolidação da Proposta Orçamentária etc.
 - () Em consonância com a estrutura programática, a proposta orçamentária setorial será consolidada por programa, com detalhamento das respectivas atividades, projetos e operações especiais.

A sequência está correta em

58

A respeito de Tributação (Sistema Tributário Nacional, Administração Tributária e Tributos municipais), assinale a alternativa INCORRETA, tendo por base o disposto na Lei nº 5.172/1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

- A) No que tange à Administração Tributária, o intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
 - B) Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública dos Municípios celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - C) Para efeitos de instituição e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a lei municipal deve considerar como base do cálculo do imposto o valor venal do imóvel, sendo que na determinação de referida base de cálculo, deve ser levado em consideração o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel.
 - D) Em que pese a existência de exceções no Código Tributário Nacional e sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

59

Com base em conhecimentos sobre economia, mais especificamente sobre a Teoria do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Preço Marginal de Reserva é o preço máximo que o consumidor está disposto a pagar por uma unidade adicional da mercadoria.
 - B) Excedente do Consumidor é a diferença que o consumidor está disposto a pagar e o que ele efetivamente paga por uma mercadoria.
 - C) A utilidade marginal do consumo de determinada mercadoria é o acréscimo à utilidade total decorrente do consumo de uma unidade adicional dessa mercadoria.
 - D) De acordo com a Teoria do Consumidor, o equilíbrio do consumidor ocorre quando a quantidade consumida é aquela em que o preço marginal de reserva é inferior ao preço efetivo de mercado.

60

“A controvérsia atual sobre qual indicador de endividamento melhor serve para analisar a sustentabilidade fiscal de um país exige, como ponto de partida, que se compreenda uma série de questões conceituais e metodológicas envolvendo o cálculo da variável e, particularmente, o relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil. A diferença entre os indicadores de dívida líquida e dívida bruta reportados em análises que tomam por base os relatórios do Bacen não se restringe ao fato de uma ser líquida e outra bruta, mas também envolve a abrangência do indicador.”

(Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1514.pdf.)

Considerando o trecho transcrito anteriormente apenas como texto motivador, assinale a alternativa correta a respeito de aspectos conceituais e legais de Dívida Pública (conceitos, gerenciamento, efeitos econômicos do endividamento do setor público e indicadores de mensuração do endividamento público).

- A) Compete à Câmara de Vereadores do município autorizar operações externas de natureza financeira de interesse do município.
- B) Compete à Câmara de Vereadores do município dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno do município.
- C) É Competência do Poder Legislativo Municipal (Câmara de Vereadores do município) estabelecer, por meio de lei, limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária municipal.
- D) Não é competência das Câmaras de Vereadores dos municípios legislar sobre limite de endividamento municipal, pois a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Municípios é competência privativa do Senado Federal.

A T E N Ç Ã O



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA (ELABORAÇÃO DE PARECER)

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 2 (dois) pareceres.
- A resposta à prova discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica indelével de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Deverão ser observados o limite mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas: 50 (cinquenta) pontos, sendo 25 (vinte e cinco) pontos por parecer.
- Será atribuída nota ZERO à questão que: não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; estiver em branco; desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto; apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; e, apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Para efeito de avaliação de cada questão da Prova Discursiva (Elaboração de Parecer) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

DIMENSÃO CONCEITUAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
Adequação ao tema - 2,00	4,00	Parcial - 1,00
Adequação ao gênero - 2,00		Parcial - 1,00
Pertinência do parecer ao tema proposto - 4,00	4,00	Parcial - 2,00 Total - 4,00
Continuidade (C) e articulação (A) de idéias - 3,00	3,00	C - 1,00 A - 1,00
AR - Argumentação e coerência cativa com o tema proposto e o texto dado ao parecer - 4,00	4,00	AR - 1,00
TOTAL		15,00

DIMENSÃO FORMAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
EP - Estruturação de períodos	2,00	EP - 1,00 PV - 0,50 MS - 1,00 P - 0,50 O - 0,50
PV - Propriedade vocabular	1,00	
MS - Morfossintaxe (regência, concordância, emprego de crase e colocação pronominal)	3,00	
P - Pontuação	2,00	
O - Ortografia e acentuação gráfica	2,00	
TOTAL		10,00

Leia as informações a seguir para atender aos pareceres 01 e 02.

Na condição de Consultor Legislativo da CMBH, considere que o seguinte projeto de lei tenha sido apresentado à sua análise:

PROJETO DE LEI N. XXX/2018

Iniciativa: Poder Executivo

Ementa: Extingue o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

Art. 1º – Fica extinto o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – RPPS do Município de Belo Horizonte.

Cargo: Consultor Legislativo (área de Administração Pública, Orçamento e Finanças) (04-M) (Tipo 03 – Amarela)

Prova aplicada em 18/02/2018 – O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 2º – Os servidores efetivos já aposentados, os que completarem as condições de aposentadoria pelas regras do regime próprio até a presente data e os atuais pensionistas permanecerão custeados com os recursos do tesouro municipal.

Art. 3º – Os novos servidores e aqueles que ainda não completaram as condições de aposentadoria pelo regime próprio ficam vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Parágrafo único – A complementação das aposentadorias e pensões concedidas pelo RGPS, de forma a cumprir o previsto no art. 40 da Constituição Federal será custeada com recursos do tesouro municipal.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER 01

Elabore um parecer, A FAVOR da aprovação do Projeto de Lei nº XXX/2018 com: relatório, fundamentação e conclusão. Não é necessário cabeçalho nem ementa. Atenha-se ao conhecimento técnico, abstendo-se de emitir opinião fundamentada em senso comum.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Cargo: Consultor Legislativo (área de Administração Pública, Orçamento e Finanças) (04-M) (Tipo 03 – Amarela)

Prova aplicada em 18/02/2018 – O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 02

Elabore um parecer, CONTRÁRIO à aprovação do Projeto de Lei nº XXX/2018 com: relatório, fundamentação e conclusão. Não é necessário cabeçalho nem ementa. Atenha-se ao conhecimento técnico, abstendo-se de emitir opinião fundamentada em senso comum.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente. Todos os demais equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, deverão ser recolhidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, MP3/MP4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras etc.
3. O tempo de duração da prova abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
4. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, sob pena de eliminação do concurso.
5. Com vistas à garantia da segurança, lisura e integridade do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha e Prova Dissertativa para os cargos de nível médio e 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha para os cargos de nível superior e Prova Dissertativa para os cargos: Analista de Tecnologia da Informação (todas as especialidades), Arquivista, Coordenador do Processo Legislativo, Dentista, Engenheiro Civil, Médico Clínico e Psicólogo (todas as especialidades); Elaboração de Parecer para os cargos de Consultor Legislativo (todas as especialidades); Peça Prático-Profissional para o cargo de Procurador; e, Elaboração de Projeto de Lei para o cargo de Redator. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva que lhe foram fornecidas estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
8. Verifique se o TIPO/COR do Caderno de Provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como o TIPO/COR registrado na Folha de Respostas (gabarito). Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 120 (cento e vinte) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado o fato na Ata de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos disporá de 3 (três) dias, a partir do dia subsequente ao da publicação oficial (Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM) das respectivas etapas, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net, que estará disponível das 8h00min do primeiro dia útil subsequente à publicação do ato até as 23h59min do último dia do prazo recursal (horário de Brasília).
- A interposição de recursos deverá ser feita via Internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.